TL7265

S. R.

Universidade do Porto

Reitoria

Excelentíssimo Senhor
Primeiro Ministro

Com conhecimento a:
- Sua Excelência o Presidente da República
- Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República
- Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros

Porto, *14 de Março de 1996*

Assunto: Verbas para Timor no OGE

Excelência:

Por carta de 16 de Dezembro de 1995 dirigida a Vossa Excelência, enviada primeiro por fax e entregue depois pessoalmente em audiência que o Senhor Primeiro Ministro nos concedeu em 20 de Dezembro, salientamos a importância do Orçamento Geral do Estado (OGE) contemplar verbas significativas para o apoio à Resistência, à Igreja e ao Povo de Timor Leste, e para financiamento de iniciativas da sociedade civil, nomeadamente de Universidades e de Organizações não-Governamentais (ONGs). Nessa carta lembrávamos que dois anos antes um valor da ordem do milhão de contos, que na altura tínhamos proposto, merecera um bom acolhimento por parte do Presidente da República de então.

Nessa mesma carta referíamos também a necessidade de se criar uma Fundação Timor, dotada de fundos que lhe permitissem financiar organizações de solidariedade nacionais ou estrangeiras e realizar ou apoiar iniciativas relacionadas com Timor Leste.

Finalmente, pedíamos apoio para iniciativas da Universidade do Porto, muitas das quais eram especificadas com indicação da respectiva estimativa de custos.

Esta carta recebeu o melhor acolhimento por parte de Vossa Excelência, que imediatamente determinou que lhe fosse dado o devido seguimento.

Apesar disso, e apesar da prioridade atribuida por Vossa Excelência à questão de Timor, e da lúcida e oportuna coragem com que soube, tão habilmente, levantar o problema na reunião Euro-Asiática de Banguecoque em 1 e 2 de Março passado, e que mereceu o nosso mais claro apoio e rasgado elogio, verificamos, por recentes conversas informais e dificuldades encontradas no financiamento de actividades e iniciativas quer da Universidade do Porto, quer de ONGs, quer da própria Resistência, que se mantêm não só as dificuldades financeiras, mas também uma prática paternalista de um poder estatal centralizador que pretende decidir, caso a caso, o apoio a cada iniciativa e a disponibilização de cada verba, até para uma simples viagem de um representante da Resistência Timorense.

Esta prática parece-nos ser pouco dignificante e corre o risco de se tornar descriminatória.

Estamos absolutamente convencidos, e julgamos mesmo saber que essa prática não corresponde nem ao estilo nem ao pensamento de Vossa Excelência, cuja largueza de visão, qualidade de valores e clareza política estão muito para além dessa mentalidade herdada do passado.

Preocupa-nos que o espírito que norteia Vossa Excelência, e que lhe permite ter gestos

de grande rasgo político, como a proposta que fez ao Presidente da Indonésia em Banguecoque, não se estenda ainda, aparentemente, a outro ou outros sectores do Governo.

Preocupa-nos que nos continuem a falar de Timor com uma excessiva preocupação de poupar fundos, semelhante à que prevaleceu durante as duas décadas anteriores em que morreram mais de um terço dos timorenses.

Sabemos que os recursos são escassos. Mas o Estado Português tem obrigações e prioridades.

Defendemos já, não só em privado mas também publicamente, a obrigação de Portugal, como membro da União Europeia, de participar na Força de Paz na Bósnia. Mas não compreendemos, e duvidamos que muitos portugueses possam compreender que a Bósnia seja uma prioridade superior à de Timor e mereça, por isso, no Orçamento de Estado cerca de treze milhões de contos, ao mesmo tempo, que se depara com dificuldades em consagrar um décimo sequer dessa verba para a Causa de Timor Leste. Com todo o respeito que nos merece o tão sofrido Povo Bósnio, cujas perdas relativas, na guerra fratricida dos últimos anos, foram muito menores do que as que sofreram os Timorenses com a ocupação indonésia, Portugal não é a Potência Administrante da Bósnia nem os bósnios são titulares de cidadania portuguesa, como acontece com Timor Leste e os Timorenses.

Desconhecemos qual a verba atribuida, de forma explícita ou não, à causa de Timor Leste no Orçamento do Estado. Mas, a avaliar pelas dificuldades financeiras que nos dizem existir, ela estará muito longe de ser suficiente para as iniciativas necessárias e mesmo até para as já programadas. Esta é uma preocupação fundamental que já manifestamos por diversas vezes, quer a anteriores Governos, quer a alguns dos principais titulares actuais dos Órgãos de Soberania.

Estando o Orçamento do Estado em fase de discussão na especialidade, ainda será possível - se não foi feito anteriormente - incluir uma verba significativa que permita uma actuação eficaz e sem peias, consentânea com as responsabilidades portuguesas relativamente ao Povo de Timor Leste.

Consideramos ser absolutamente fundamental que assim aconteça. Merece-o o Povo Timorense, cuja situação continua a ser tão dramática. Além disso, o próprio Povo Português, agora mais consciente da realidade e das suas responsabilidades, não compreenderia nem aceitaria com facilidade se tal não sucedesse.

Julgamos que a melhor forma de apoiar o Povo e a Resistência Timorense, e de dinamizar e dar maior eficácia à solidariedade, passa pela criação de uma Fundação dedicada especificamente a Timor Leste. A sua necessidade será tanto maior quanto mais limitados forem os recursos do Estado e mais paternalista e emperrante for a prática dos seus agentes.

Apesar de, por vezes, a imprensa se fazer eco de divergências entre personalidades timorenses, ou de veicular dúvidas sobre a utilização de recursos por parte da Resistência, ou de pôr em relevo erros táticos ou estratégicos que esta possa ter cometido, o resultado alcançado pelo Povo e pela Resistênia Timorense nestes mais de vinte anos surpreende os mais inteligentes políticos de todo o mundo, que durante tantos anos pensaram que resistir tanto tempo seria totalmente impossível.

Somos obrigados a concluir, portanto, que todas as divisões, traições e erros dos timorenses foram e são insignificantes perante a coragem, a tenacidade, a determinação e a lucidez e inteligência política de que eles, e os seus líderes, nomeadamente o seu líder máximo, Xanana Gusmão, deram exemplo.

Tratar como infantil uma Resistência que fez não apenas o que lhe competia, que era quase nada, mas também o que era e é estrita obrigação da Comunidade Internacional e da Potência Administrante, de resistir à ilegítima e brutal ocupação estrangeira, quando a própria Potência Administrante fugiu, tantos anos, à assumpção plena das suas responsabilidades, parece-nos impróprio de uma postura digna, respeitadora e dignificante de ambas as partes.

Não confiar em Organizações não-Governamentais e Universidades que se bateram com tanta lucidez pela causa de Timor, fazendo aquilo que ao Estado competia e evitando às vezes que este, os seus órgãos ou os seus governantes cometessem erros irreparáveis de ainda mais dramáticas consequências, é algo que também não compreendemos.

Que se estudem modalidades de apoio adaptadas a cada organização e que se analise e julgue a eficácia política das actividades das organizações ou instituições financiadas, parece-nos não só legítimo, mas também necessário. É essa análise e esse estudo que importa fazer rapidamente, para desbloquear apoios e dinamizar as iniciativas relevantes e as organizações com provas dadas.

Às vezes parece que a lógica de muitos estados, a que não escapa o próprio Estado Português, é a de que a Paz se faz com recurso aos meios bélicos e só esses têm direito a recursos avultados. É o que constatamos quando vemos os biliões de dólares gastos na "Tempestade do Deserto" para libertar o Kuwait dos ocupantes iraquianos, e quando vemos tanta gente a morrer à fome em países em que as despesas militares são avultadas.

Sofrem da falta de fundos, por causa disso, não só as Organizações não-Governamentais e outras instâncias da sociedade civil, mas por vezes também a própria diplomacia do Estado.

Parece que alguns consideram que os métodos pacíficos não têm custos, ou que estes devem ser suportados pelos particulares, cabendo ao Estado apenas disponibiliza-los quando são bélicos os meios empregues.

Preocupa-nos esta prática e a mentalidade que lhe está subjacente.

Se num exército há despesas com homens, armas e logística, na luta pacífica também é preciso pagar pessoas, meios (publicações periódicas e não periódicas, redes de comunicação, etc) e iniciativas, desde conferências, "speaking tours" e outras viagens e contactos de esclarecimento, etc.

Ainda recentemente, na sequência da conferência realizada em Lisboa de 22 a 24 de Fevereiro, organizada pela Universidade do Porto, sob o lema "Solidaridade da Juventude Indonésia, Esperança para Timor Leste" um dos participantes indonésios, que reside, como refugiado político, no Reino Unido, escrevia ao Coordenador da mesma:

"Dear Professor,

"I want to congratulate you in your endless efforts to promote the East Timorese cause over the years. You and many others in Portugal probably don't realise how important the East Timor conferences, organized by your university, have been for the international community but in particular for the Indonesian pro-democracy movement.

"Your conferences has brought representatives from all parts of the world together. It is not only the sense of being part of an international network of solidarity with the people of East Timor, which is also very important, but evenmore the many new iniciatives that are developed in the time we all assemble either in Lisbon or Oporto. Many international initiatives on East Timor originate from the East Timor conferences of the Oporto University. The opportunity of being together inspires us all and brings out all kinds of new ideas.

"At least as important is the opportunity given by your university for Indonesians to participate in the conferences. I have seen the gradual change of attitude from the Indonesians attending the conferences. A few years ago the Indonesian participants had tu use different names to protect their real identity, nowadays they appear in the open. The opportunity for indonesian democrats to exchange thoughts with Timorese, the international community and the Portuguese public is really invaluable. The indonesians go back home with the feeling of being part of an international network and strengthened in the political convictions about the just demands of the East Timorese."

(...).

Liem Soei Liong
Editor, TAPOL Bulletin

É por isso que vemos, com enorme preocupação, arrastarem-se os meses sem uma efectiva e suficiente resposta aos insistentes pedidos de financiammento que temos formulado, o que está a pôr em causa a realização de duas importantes conferências internacionais:

a) Uma grande conferência na Austrália, de 21 a 27 de Junho de 1996, escassos dias antes da próxima ronda negocial sob os auspicios do Secretário-Geral das Nações Unidas, com a participação dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal.

Nesta Conferência, na organização da qual estão envolvidos departamentos de Direito, de Relações Internacionais e de Estudos Asiáticos das três principais Universidades de Sydney, além da Universidade do Porto, prevê-se (ou previa-se...) a participação de individualidades de Portugal e de muitos países, nomeadamente da região da Asia e Pacifico, incluindo cerca de vinte e cinco Timorenses idos de fora da Austrália, alguns mesmo de Timor Leste, e de outros tantos Indonésios, das mais diversas organizações e sensibilidades políticas, desde a oposição democrática, à área do partido governamental, numa tentativa de estabelecimento de um diálogo construtivo que abra caminhos para uma solução justa, digna e conforme ao direito internacional.

b) Uma Conferência na Academia de Ciências de Nova York, em Abril ou Maio de 1997, pouco depois de entrar em funções a nova administração americana.

Julgamos que estas iniciativas da Universidade do Porto, em cooperação com instituições estrangeiras de grande prestígio, poderiam ter importante efeito nas opiniões públicas, abrir caminho a outras iniciativas e facilitar o trabalho diplomático do Estado Português a que Vossa Excelência, de forma tão oportuna, inteligente e hábil abriu novas perspectivas. E, por isso nos preocupa tanto a emperrante falta de fundos e de confiança que parece ainda existir.

A bem do Povo de Timor Leste, e da própria dignidade de Portugal, desejamos o maior êxito à política do Governo a que Vossa Excelência preside, de defesa dos direitos dos timorenses, quer dos direitos humanos, quer do direito à autodeterminação cuja violação, arrasta consigo a violação de todos os outros direitos. Queremos apoiar todo o esforço que está ou venha a ser feito nesse sentido. Mas não o poderemos fazer sem meios.

Queremos fazê-lo num espírito de franca e aberta cooperação, e ultrapassar desconfianças, no respeito pelas esferas de actuação de cada uma das partes.

A falta de verbas, o paternalismo, a emperrante burocracia e a desconfiança são os factores limitantes que mais podem afectar a eficácia, e, por isso, teremos que os denunciar de forma clara, determinada e consequente, sempre que surjam no horizonte.

E é para evitar que os gestos já esboçados nesse sentido se tornem numa realidade de dramáticas consequências que lançamos este alerta e este apelo, para que se disponibilizem as verbas necessárias e se crie espírito de franca e eficaz cooperação entre todas as partes envolvidas, Estado, Resistência Timorense e Solidariedade.

Gostaríamos que o Senhor Presidente da República recentemente eleito realizasse o seu sonho e desejo mais fundo, de visitar, nessa qualidade, Timor Leste "*depois de concluído, e em paz, um processo de autodeterminação aceite pela sociedade internacional*" e que Vossa Excelência o pudesse acompanhar nessa visita.

Ao contrário do que alguns parecem supor, o drama de Timor Leste não deve, não pode e não vai eternizar-se. Durar mais ou menos, com maior ou menor número de vidas humanas roubadas à juventude e à população timorense, com maior ou menor sofrimento, depende da eficácia política das acções empreendidas. É essa eficácia que deve nortear as acções. É essa

eficácia que, em nome dos timorenses e em nome de Portugal, exigimos e exigiremos sempre, como sabemos ser também preocupação e desejo de Vossa Excelência.

Por isso, e para evitar erros de dramáticas consequências, solicito o empenhamento pessoal de Vossa Exclência para que o Orçamento do Estado para 1996 contemple a necessidade desse grande incremento na luta política e diplomática pela libertação de Timor Leste, e solicito, com carácter de urgência, uma audiência ao Senhor Primeiro Ministro.

Prestando homenagem ao Povo e à heroica Resistência Timorense, dignos do maior respeito e solidariedade, me subscrevo, com os melhores cumprimentos e a mais elevada consideração,

O Coordenador das
Jornadas de Timor da UP

A. Barbedo de Magalhães
(Prof. Catedrático)